



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS nº. 005/2020

Nº 005/2020: SEMAS-INSTITUTO HUMANIZE/PA
PROCESSO SEMAS/PA PAE Nº. 2020/526213

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO
PARÁ – SEMAS E O INSTITUTO HUMANIZE,
PARA DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS
VOLTADOS À INOVAÇÃO NA GESTÃO
PÚBLICA

O **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominada **SEMAS**, com sede na Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, neste ato representada por seu Secretário de Estado, **JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1360811, emitida pela PC/PA e do CPF nº. 296.202.102-63, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA,

e

o **INSTITUTO HUMANIZE**, associação civil sem finalidade lucrativa, doravante denominado "**HUMANIZE**", com sede na Avenida das Américas, nº. 500, Bloco 18/104, Bairro da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por sua Diretora Executiva, **GEÓRGIA PATRICIO PESSOA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº. 12096, emitida pela OAB/CE e do CPF/MF nº. 513.288.793-72, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro/RJ,

ambas aqui reconhecidas como **PARTES**, as quais sujeitam-se, neste Instrumento, aos princípios de Direito Público e a todo arcabouço jurídico aplicável, especialmente à Lei Federal nº. 8.666/1993 (art. 116), à Lei Federal nº. 13.019/2014 e alteração pela Lei Federal nº. 13.204/2015, bem como ao Decreto Estadual nº. 1.835/2017, que regulamenta em âmbito local o Marco Regulatório para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, além da Portaria SEMAS nº. 784/2020, que padroniza o procedimento de atendimento para propostas de Acordo de Cooperação, no âmbito da SEMAS,

RESOLVEM, de interesse comum, firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** sob as Cláusulas e condições a seguir estipuladas:

DS
GP

DS
MLR



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este **ACORDO** tem por objeto o desenvolvimento e a aplicação de plataforma de atendimento automatizado ao usuário da SEMAS, em observância ao Princípio Administrativo da Eficiência, à legislação atinente a Ciência, Tecnologia e Inovação, e ao Decreto Federal nº. 8.936, de 19 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Os objetivos, justificativas, eixos, metas, ações, descrições, produtos/resultados, responsáveis, prazos e outros elementos necessários à compreensão e ao alcance da Cláusula Primeira estabelecem-se no **PLANO DE TRABALHO** que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

3.1. Para o alcance do objeto deste **ACORDO**, as **PARTES** comprometem-se a:

3.1.1. Disponibilizar equipe de funcionários e colaboradores para a execução das ações, programas ou projetos decorrentes deste **ACORDO**;

3.1.2. Designar ponto(s) focal(is) responsáveis por coordenar as ações estabelecidas neste **ACORDO** e realizar reuniões periódicas para a circulação de informações e definição de encaminhamentos necessários à execução em favor do objeto deste **ACORDO**;

3.1.3. Zelar pela realização das atividades dentro dos limites e prazos estipulados no Plano de Trabalho deste **ACORDO**;

3.1.4. Reservar espaço, quando possível, em seus meios de informação ou comunicação e eventos técnicos ou científicos para a divulgação do presente **ACORDO** e seus termos, das ferramentas empregadas, bem como dos resultados obtidos no âmbito deste **ACORDO**, ressalvados os casos sigilosos ou confidenciais, conforme assim expresso entre as **PARTES**;

3.1.5. Informar, tão logo quanto possível, a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o êxito de suas obrigações;

3.1.6. Responder, individualmente, por infrações que cometer às leis, bem como por indenizações, reclamações, danos ou prejuízos causados a terceiros, direta ou indiretamente, por culpa ou desídia, ou em consequência de erros, imperícias, imprudências ou negligências suas, de seus prepostos, funcionários, servidores ou colaboradores, ou em razão de responsabilidade objetiva própria, quando for o caso;

DS
GP

DS
MLR



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

3.1.7. Responsabilizar-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes e/ou colaboradores na execução do objeto deste **ACORDO**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra **PARTE** ou a terceiros;

3.1.8. Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela outra diante de terceiros, ainda que estes se relacionem direta ou indiretamente à execução deste **ACORDO**, nem por danos que vierem a ser causados em decorrência de atos de propostos ou indicados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES INDIVIDUAIS

4.1. Compete à **SEMAS/PA**:

4.1.1. Articular e facilitar a comunicação entre o(s) ponto(s) focal(is) do **INSTITUTO HUMANIZE** que envolvam respostas a solicitações, diálogos com gestores, reuniões necessárias e toda a articulação que importe ao bom andamento das ações estabelecidas;

4.1.2. Assegurar participação e engajamento dos pontos focais nas reuniões e nas atividades previstas no cronograma do Plano de Trabalho deste **ACORDO**;

4.1.3. Disponibilizar ao **HUMANIZE** informações relativas ao arranjo institucional do Governo do Estado e dados organizacionais básicos relativos a si e que importem no âmbito do **ACORDO**;

4.1.4. Assegurar a boa execução do cronograma, conforme Plano de Trabalho;

4.1.5. Publicar o extrato deste **ACORDO** em Diário Oficial do Estado (DOE), na forma constitucional;

4.1.6. Zelar pela instrução adequada do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) relativo a este **ACORDO**;

4.1.7. Avaliar e propor ajustes e alterações dos produtos/trabalhos desenvolvidos;

4.1.8. Garantir a continuidade de execução do Projeto mesmo em caso de substituição de gestores e/ou servidores importantes à consecução do Objeto deste **ACORDO**;

4.1.9. Apropriar-se da estrutura e dos módulos integrantes das soluções, produtos e eventuais subprodutos deste **ACORDO**, fazendo os devidos gestão, controle e transparência no desenvolvimento, e gerando *know-how* na correção de possíveis problemas;

4.1.10. Envidar os melhores esforços disponíveis no sentido de implementar os produtos a serem gerados a partir desta Cooperação.

4.2. Compete ao **HUMANIZE**:

DS
GP

DS
MLR

1
Cmo



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**



INSTITUTO HUMANIZE

- 4.2.1** Prover profissionais capacitados a desenvolver o objeto do **ACORDO**, incluindo consultores, gestores de projeto e especialistas, sem ônus à **SEMAS**;
- 4.2.2.** Organizar e apresentar análise crítica das informações e dados fornecidos pela **SEMAS**, quando requisitada;
- 4.2.3.** Apoiar, dentro de suas possibilidades, o intercâmbio de experiências de agentes públicos da **SEMAS**, ou por ela indicados, a partir do acúmulo técnico e da vivência do quadro de pesquisadores e colaboradores do **INSTITUTO HUMANIZE**, quando possível, sem que nisso incorram obrigações de caráter orçamentário-financeiro;
- 4.2.4.** Disponibilizar, sem exclusividade, à **SEMAS**, o domínio e a autonomia em relação ao(s) produtos e subprodutos desenvolvidos no âmbito do **ACORDO**, de forma total e irrestrita, a fim de que a Secretaria possa dominar as bases técnicas que os geraram, mantê-los e, eventualmente, aperfeiçoá-los, gerando capacidades internas, reservados iguais direitos ao **HUMANIZE**;
- 4.2.5.** Resguardar quaisquer informações ao **HUMANIZE** repassadas, sendo a utilização destas restrita à execução das atividades estabelecidas neste **ACORDO**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS

- 5.1.** O presente **ACORDO de Cooperação NÃO GERA** obrigações financeiras, materiais, trabalhistas/empregatícias ou fiscais de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros, materiais ou humanos entre as **PARTES**;
- 5.2.** Eventuais despesas para a consecução do objeto deste **ACORDO de Cooperação**, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre as **PARTES** e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelas **PARTES** dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos previstos no Projeto;
- 5.3.** Profissionais atuantes em atividades necessárias ou decorrentes da execução deste **ACORDO de Cooperação** para uma **PARTE**, na condição de servidores, empregados, autônomos, empreiteiros ou quaisquer outros títulos, não terão vinculação ou direito de qualquer natureza em responsabilidade da outra **PARTE**, ficando a cargo exclusivo da **PARTE** que os contratou a integral responsabilidade no concernente a direitos, mormente os tributários, trabalhistas e previdenciários, inexistindo solidariedade entre as **PARTES**;

DS
GP

DS
MLR

Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

5.4. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente **ACORDO** de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente **ACORDO** vigorará por **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, observados o artigo 42, VI, da Lei Federal nº. 13.019/2014 e o artigo 32 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017;

6.2. Este instrumento é passível de prorrogação de vigência, desde que manifestado o mútuo interesse entre as **PARTES** em até 30 (trinta) dias antes da expiração do Acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. As **PARTES** designarão e a **SEMAS** publicará, em ato específico, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação da presente parceria, instância responsável pelo gerenciamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, em observância aos artigos 60 e 61 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e aos moldes do estabelecido nos artigos 50 e 51 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO

8.1. A SEMAS promoverá o monitoramento da qualidade e a avaliação, ambos de caráter preventivo e saneador, para o cumprimento do objeto da parceria, conforme os artigos 58 e 59 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e artigos 52, 53 e 54 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA DENÚNCIA

9.1. As **PARTES** dispõem da prerrogativa de rescindir unilateralmente o presente **ACORDO**, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;

9.2. O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que de comum acordo entre as **PARTES**, em caso de inadimplência de quaisquer Cláusulas ou condições, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou ainda denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou em prazo conforme a legislação vigente à época do interesse de rescisão/denúncia;

9.3. Na hipótese de rescisão unilateral, ficam assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre as **PARTES**.

DS
GP

DS
MLR

[Handwritten signature]



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

10.1. É **VEDADO** às **PARTES**, sob as penas da Lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento de ações ou projetos classificados pela outra **PARTE** como sigilosos ou confidenciais, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos aos serviços executados, a tecnologia adotada e a documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização por escrito emanada da **SEMAS**;

10.2. Quando da autorizada liberação de informações confidenciais, a **PARTE** que as transmitir não terá direito a qualquer tipo de titularidade sobre estas, em resultado da revelação a outrem;

10.3. As **PARTES** devem proteger todas as informações confidenciais que sejam geradas ou fornecidas ao abrigo do presente **ACORDO**, a contar da assinatura deste Instrumento até 05 (cinco) anos após o término de sua vigência, e se gerados bens passíveis de proteção conforme cláusula de propriedade, o sigilo será de 20 (vinte) anos a contar da assinatura do instrumento específico, nos termos previstos na Lei Federal nº. 9.279/1996;

10.4. Nenhuma das partes poderá divulgar informações classificadas como confidenciais sem autorização prévia, salvo aos empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes, devendo a divulgação ser estritamente limitada às **PARTES** envolvidas no **ACORDO** e/ou ao pessoal autorizado de entidades governamentais associadas ao **ACORDO**;

10.5. Tal divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada;

10.6. Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão por escrito em manter o caráter confidencial desta, devendo as **PARTES** acompanhar o cumprimento de tal obrigação;

10.7. Uma **PARTE** comunicará imediatamente à outra caso seja ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não-divulgação de informações confidenciais. Neste contexto, as **PARTES** procederão a consultas mútuas para determinar as medidas apropriadas em tal caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES, DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E RESULTADOS

11.1. Durante a vigência do **ACORDO**, as **PARTES** poderão, mediante solicitação prévia, seguida de avaliação interna e decisão superior, ter acesso a materiais, dados, programas, estratégias, sistemas ou outras informações constantes de seus bancos de dados, desde que se configurem necessárias ao cumprimento do **ACORDO**;

Handwritten signature in blue ink.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**



INSTITUTO HUMANIZE

11.2. As **PARTES** poderão produzir documentos, relatórios, estudos e mapas, assim como produtos específicos, denominados "obras", usando informações dos bancos de dados criados ou produzidos através dos seus esforços individuais ou coletivos com base neste **ACORDO**;

11.3. Salvo se as **PARTES** pactuarem formalmente de modo distinto, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas obras pertencerão à **PARTE** que as elaborar. Se as obras forem elaboradas conjuntamente, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual pertencerão a ambas as **PARTES**;

11.4. Nenhuma das **PARTES** publicará ou distribuirá os resultados das obras elaboradas conjuntamente sem o consentimento prévio da outra, nem sem reconhecer na publicação a sua participação;

11.5. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **ACORDO** e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento, deverão sempre constar as logomarcas e/ou os nomes e/ou as siglas das Partes, a saber: **SEMAS** e **HUMANIZE**;

11.6. Os nomes e logotipos das **PARTES** equivalem-se a marcas registradas e, como tais, não podem ser utilizadas para nenhum propósito externo sem a prévia autorização de seus proprietários;

11.7. As **PARTES** serão as únicas e exclusivas proprietárias dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que eventualmente decorra do presente **ACORDO**, sejam passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual;

11.8. Em se tratando de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos às **PARTES** os direitos conexos, respeitada a nomeação do autor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE E DA PUBLICAÇÃO

12.1. A letra deste **ACORDO** é de natureza pública nos termos da legislação vigente, convencionando as **PARTES** sua ampla publicidade e divulgação, especialmente para cumprimento do constitucional Princípio da Publicidade dos Atos Administrativos, da Lei de Acesso à Informação e de plataforma eletrônica de transparência, conforme Decreto Estadual nº. 1.835/2017, artigos 52 e 55;

12.2 A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial do Estado, ficará sob a responsabilidade da SEMAS, no **prazo de 10 (dez) dias corridos** contados a partir de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

DS
GP

DS
MLR

[Handwritten signature]



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as **PARTES** poderão ser realizadas por correio eletrônico (e-mail) e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas;

13.2. As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os a seguir mencionados:

	Endereço oficial:
SEMAS	Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717. Edifício Itacaiúnas, 4º andar. Marco, Belém – PA. CEP 66.093-677.
HUMANIZE	Avenida das Américas, nº. 500, Bloco 18/104, Bairro da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. CEP 22.640-904.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACESSO AOS PRODUTOS E RESULTADOS

14.1. O **HUMANIZE** compromete-se a prestar dados e informações que capacitem a equipe de técnicos da SEMAS ou outra que a ela lhe interesse no desenvolvimento e na aplicação dos produtos e subprodutos desenvolvidos no âmbito deste **ACORDO**;

14.2. O **HUMANIZE** deverá disponibilizar os dados e o conhecimento necessários para a formação mínima dos técnicos da **SEMAS** nos assuntos afeitos ao objeto deste **ACORDO**, como forma de minorar riscos de eventual descontinuidade dos serviços e anular os riscos referentes à dependência técnica externa que onere a manutenção do(s) produto(s) implementado(s);

14.3. Para o intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos no âmbito deste **ACORDO**, fica às **PARTES** facultado, sem ônus adicional, definir em consenso os melhores meios, modos e momentos para efetivar as trocas pretendidas, aberta a possibilidade de realização de eventos específicos envolvendo os setores correlatos da SEMAS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE ASSOCIAÇÃO NO ÂMBITO CIVIL

15.1. As **PARTES** concordam que não há formalização de nenhum contrato de sociedade, associação no âmbito civil, *joint-venture*, empresa conjunta ou outro acordo comercial, nem há intenção em formalizar uma empresa comercial;

15.2. Nenhuma das **PARTES** tratará os termos deste **ACORDO** como uma associação legal ou tomará nenhuma ação direcionada a tal intenção.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este **ACORDO**, bem como o seu **PLANO DE TRABALHO**, poderão ser alterados a consenso das **PARTES** durante sua vigência, mediante **TERMO ADITIVO**, devidamente justificado, desde que tal interesse reste manifesto previamente por escrito;

16.2. Este **ACORDO** tem como **VEDADA** a alteração da Cláusula “Objeto”;

16.3. Resta determinado que compromissos ou acordos verbais não obrigam as **PARTES** a cumprimento, sendo considerados inexistentes para os fins deste **ACORDO**;

16.4. Considerar-se-ão válidas, para fins de cumprimento deste **ACORDO**, as comunicações expedidas a partir correio eletrônico de agentes públicos e/ou de pesquisadores e colaboradores vinculados às **PARTES**, desde que correlacionadas ao Objeto do **ACORDO** e às ações e metas estipuladas no respectivo Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

17.1. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente **ACORDO**, as partes concordam preliminarmente em solucioná-las administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONDUTA ANTICORRUPÇÃO

18.1. As **PARTES** não praticarão quaisquer atos não explicitamente autorizados por este **ACORDO**, devendo cumpri-lo integral, irrestrita e ininterruptamente ao olhar da Lei Federal nº. 12.846/2013, do Decreto Estadual nº. 2.289/2018, bem como das demais normas que resguardem os limites de atuação e a moralidade da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTES INSTRUMENTO

19.1. Anexo I – Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O não-exercício de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstas neste **ACORDO** ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações aqui previstas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independente de comunicação prévia;

DS
GP

DS
MLR

Chis



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**



INSTITUTO HUMANIZE

20.2. As **PARTES** observarão todas as leis e regulamentos aplicáveis durante a realização das atividades executadas conforme cláusulas deste **ACORDO** e manterão válidas todas as licenças, autorizações e certidões necessárias ao cumprimento das obrigações aqui assumidas;

20.3. É **VEDADA** a cessão ou a transferência das obrigações deste **ACORDO** a terceiros, total ou parcialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização do presente **ACORDO** serão resolvidos mediante acordo entre as **PARTES**;

21.2. Eventual invalidade de qualquer cláusula ou dispositivo contida no presente **ACORDO**, causada por fato superveniente alheio à ingerência das **PARTES**, não prejudicará a validade das demais disposições ora avançadas;

21.3. Ficam as **PARTES** desobrigadas do cumprimento de objetivos, ações e metas ou ressarcimento de prejuízos decorrentes de caso comprovadamente fortuito ou de força maior;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. As dúvidas, controvérsias e litígios que possam decorrer da execução do previsto no presente **ACORDO** e seu(s) Anexo(s) e não hajam sido dirimidos administrativamente, assim o serão na Justiça Estadual do Pará, foro da Comarca de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente **ACORDO**, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Belém, 11 de Agosto de 2020.

JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Meio Ambiente e
Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA

DocuSigned by:
Georgia Pessoa
1EF52B0F227246E...

GEÓRGIA PATRICIO PESSOA
Diretora Executiva do Instituto Humanize



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Testemunhas:

Nome *WENDELL ANDRADE DE OLIVEIRA*

CPF *855.840.372-49*



INSTITUTO HUMANIZE

DocuSigned by:

Michele Cardoso

F49196A940B4473...

Nome

Michele Cardoso

CPF

83289020100



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

PLANO DE TRABALHO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

1) DADOS GERAIS:

Órgão/Entidade Proponente 1: Instituto Humanize ("Instituto da Humanidade")			CNPJ n.º: 28.729.364/0001-26
Endereço: Avenida das Américas, nº. 500. Bloco 18/104. Bairro Barra da Tijuca.			
Cidade: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22.640-904	(DDD) Telefone: 21 3197-5602
Nome do Responsável: GEÓRGIA PATRICIO PESSOA			Cargo: Diretora Executiva
Órgão/Entidade Concedente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS			CNPJ: 34.921.783/0001-68
Endereço: Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Edifício Itacaiúnas, 4º andar. Bairro do Marco.			
Cidade: Belém	UF: PA	CEP: 66.093-677	(DDD) Telefone: (91) 2121-0776
Nome do Responsável: JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA			Cargo: Secretário de Estado

DS
GP

DS
MLR



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

2) DESCRIÇÃO DA COOPERAÇÃO:

ACORDO DE COOPERAÇÃO que entre si celebram a SEMAS/PA e o INSTITUTO HUMANIZE , visando ao desenvolvimento de produto(s) informacional(is) para atendimento ao usuário da Secretaria e ampliação da capacidade de resposta da Administração Pública Estadual.	Período de Execução:	
	Agosto de 2020	Agosto de 2021
Síntese do objeto: O objeto consiste no desenvolvimento e na aplicação de uma plataforma de teleorientação/teleatendimento entre a SEMAS/PA e seus usuários, para fins de atendimento a requisitos e procedimentos em favor dos cidadãos e das atividades de competência da Secretaria. Este objeto será operacionalizado a partir de um software-robô autônomo ("Bot") para a coleta de dados e a prestação de informações iniciais, além da prestação de serviço profissional por canais de mensagens em portal específico, aplicativos de mensagens instantâneas tais quais WhatsApp®, Facebook®, Telegram®, incluindo atendimento humano (<i>back office</i>), recebimento e envio de documentos.		

3) JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O **INSTITUTO HUMANIZE** é uma associação civil de natureza privada, sem fins lucrativos, fundada no Rio de Janeiro – RJ, criada em 2017 para administrar o portfólio de Investimento Social Privado (ISP) de seus filantropos, que já vinham, desde 2011, apoiando um conjunto de iniciativas, como o "Projeto Sertões", voltado ao fortalecimento de Unidades de Conservação e ao desenvolvimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade no Cerrado (no Mosaico de Áreas Protegidas "Sertão Veredas Peruaçu"). A diversificação do portfólio se deu a partir de 2015, com a inclusão de temas como Educação, Gestão Pública, Desenvolvimento Social, Cultura, entre outros. Hoje, o Humanize trabalha com dezenas de institutos, fundações e entidades privadas, além do setor público, universidades e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), e fomenta que investimentos sociais gerem transformações disruptivas.

O objeto desta Cooperação comporta o desenvolvimento e a aplicação de plataforma de teleorientação/teleatendimento entre a SEMAS/PA e seus usuários, e tem sua justificativa central pautada na necessidade atual detectada pela Secretaria de Estado em aumentar sua capacidade

DS
GP

DS
MLR

[Handwritten signature]



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

de resposta, reduzir o tempo médio de atendimento ao usuário e otimizar a energia de trabalho do quadro funcional em atividades que dependem, essencialmente, da liderança humana.

Para isso, a proposta se fundamenta no desenvolvimento de um software-robô autônomo ("Bot"), que terá 3 (três) funções principais: (1) triagem de situações e orientações aos cidadãos sobre temas relativos à SEMAS PA, em especial com *checklists* para requerimentos de licenças e autorizações ambientais; (2) respostas a dúvidas e pedidos de informação; e (3) encaminhamento inteligente para atendimento. Além da triagem e do atendimento automatizado por *bot*, a cooperação se justifica pela estruturação do teleatendimento, via *chat* e/ou videochamada, que se dará a partir da criação de várias nuvens de profissionais ligados às atividades de competência da SEMAS/PA, por ela elencadas como prioritárias, bem como o envio de documentos por parte do usuário e o recebimento destes, pela equipe de profissionais envolvida.

Dada a necessidade constatada na SEMAS/PA e o interesse do Instituto Humanize em ampliar sua rede de parceiros e beneficiários, a proposta vem ao encontro da tendência atual de relacionamento entre cidadãos e instituições, intensificada a partir da epidemia em escala mundial do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19. Nesse sentido, meios de implementação de políticas públicas que favoreçam o melhor relacionamento e a construção de uma relação de confiança entre sociedade e Estado devem ter a priorização das instituições públicas, como apresenta o ODS-17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada pela ONU.

Outro elemento de justificativa importante a esta Cooperação diz respeito à condição locacional-estrutural em que a SEMAS/PA se encontra hoje. O volume de atendimentos salta progressivamente ao longo dos anos, mas as instalações físicas para atendimento bem como o quadro de funcionários e colaboradores dedicados para a função de atendimento ao público são iguais ou decrescentes. Nessa linha, é comum notar o congestionamento de vias principais e secundárias circunvizinhas à sede da Secretaria, o que ocorre, em parte, pela inexistência de uma via alternativa segura e confiável para que o usuário obtenha esclarecimentos mínimos para a submissão de requerimentos, sane suas dúvidas e disponha dos elementos necessários à geração de processo com boa instrução. A existência de uma via digital consistente, segura e eficaz pode, portanto, reduzir os prejuízos de mobilidade urbana pela redução do fluxo de trânsito direcionado à Secretaria, diariamente, bem como pode trazer efetivamente benefícios de qualidade de vida a usuários, funcionários e colaboradores, incluindo redução do estresse psicológico, redução de custos operacionais e de transação (pela desnecessidade do

DS
GP

DS
MLR



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

deslocamento), além de propiciar uma economia/otimização de tempo a todas as partes envolvidas, oportunizando demais atividades.

Outro ponto importante a destacar é que a Cooperação pode auxiliar no alcance do que a Ciência de Dados chama de Transformação Digital, processo responsável por converter um órgão público cujo grau de digitalização de atendimento seja nulo ou baixo em uma instituição em grau de autosserviço, em que o atendimento público é totalmente informatizado e há poucas (ou zero) pessoas no *back office*. Há um detalhamento desta escala de aperfeiçoamento do serviço público digital, dita por Bonduki (2019), em ordem crescente: (i) “**Nenhum**” (ainda há muitas prefeituras brasileiras nessa condição, p. ex.); (ii) “**Informativo**”, no qual há apenas informações, mas não presta necessariamente um serviço finalístico pela Web); (iii) “**Parcial**”, em que parte do serviço é resolvido, mas expressiva parte ainda precisa ser resolvida de modo tradicional, físico, como é o caso dos DETRANs, em que o agendamento é eletrônico, mas a obtenção de documentos como a CNH necessita da presença do usuário, invariavelmente; (iv) “**Digital**”, mais evoluído, mas ainda necessita de back office (equipe de apoio “por trás das cortinas”; e (v) “**Autosserviço**”, estágio em que o atendimento ao público é totalmente informatizado, não havendo ninguém no *back office*.

É importante considerar, inclusive, que esforços em direção à transformação digital fazem com que a prestação do serviço público tenha custos reduzidos, o que é muito oportuno num contexto orçamentário e fiscal delicado no Brasil atual, e pode oportunizar orçamento para setores mais críticos da SEMAS/PA. Outro elemento também essencial a considerar é que movimentos voltados para atendimentos públicos mais dinâmicos e inovadores carregam consigo o chamado design thinking, conceito em que o centro de todo o esforço da organização pública é no usuário, isto é, em resolver o seu problema. Isto pode aumentar a confiabilidade das pessoas naturais nas pessoas jurídicas e auxiliar o processo de governança e participação social nas políticas públicas coordenadas pela SEMAS/PA.

A solução informacional proposta nesta Cooperação também apresenta outras **vantagens** que justificam a Cooperação, uma vez que fortalecem a SEMAS/PA do ponto de vista da legalidade, da obrigação de transparência e da inovação, e são elas:

– **Adaptabilidade da ferramenta:** a ferramenta tem rápida adaptabilidade e passa por treinamentos e curadoria contínua para assegurar que as informações estejam alinhadas com o conteúdo definido pelo órgão e com o arcabouço normativo. Além disso, o *chatbot* pode ser integrado com aplicativos de terceiros¹;

¹ Interessante integrar a iniciativas similares em órgãos correlatos como ITERPA, IDEFLOR-Bio, ADEPARÁ, SEDAP e EMATER.

DS
GP

DS
MCR

[Handwritten signature]



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



INSTITUTO HUMANIZE

– **Código aberto:** a ferramenta é aberta e pode ser adaptada para vários usos em outros contextos. A própria equipe do Governo pode ser capacitada para realizar possíveis customizações e, inclusive, ampliar seu uso para outras finalidades em setoriais como educação, fazenda etc.

– **Aderência à LGPD:** a solução proposta está totalmente aderente à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº. 13.709/2018) nos diversos aspectos jurídicos e organizacionais e do sistema de gestão;

– **Universalidade:** a solução, que é multicanal e combina assistentes virtuais e físicos, inibe a barreira tecnológica apresentada por muitas tecnologias via aplicativo. A solução independe da infraestrutura tecnológica e da fluência digital do usuário, o que é essencial para a universalização e pluralidade do serviço público. A comunicação com o cidadão pode ser realizada por múltiplos canais, visando a inclusão independentemente da fluência digital ou *hardware*.

4) FASES DO TRABALHO CONJUNTO

O presente projeto se propõe a construir os seguintes serviços, sem prejuízo de outros desenvolvimentos que possam ser realizados posteriormente pela SEMAS/PA a partir das potencialidades da(s) ferramenta(s) a ser(em) aplicada(s):

- Fornecimento de orientação e checklist de documentos a cidadãos para requerimentos de licenças ou autorizações ambientais para 08 (oito) atividades passíveis de licenciamento ou autorização ambiental, via *chatbot*;
- Triagem e encaminhamento para atendimento humano integrado via *chat* ou vídeo;
- Recebimento de documentação de requerentes para conferência, somente em caráter experimental.

5) MATRIZ LÓGICO-OPERACIONAL DE ATIVIDADES

EIXO ÚNICO: PLATAFORMA INFORMATIZADA DE ATENDIMENTO					
Meta	Ação	Descrição sucinta da Ação	Produto/ Resultado Esperado	Responsável/ Ponto Focal	Cronogra ma ²
Plataforma informatizada de Atendimento desenvolvida, assistida e aplicada	1) Fase de Preparação dos Serviços;	1.1. Detalhamento dos serviços a serem implantados; 1.2. Definir equipes, papéis e governança 1.3. Validar roteiro (<i>script</i>) de cada serviço; 1.4. Definir e vincular canais utilizados (WhatsApp®, Facebook®, Telegram®, Portal na Web etc.); 1.5. Definir identidade visual dos serviços (nome, logo, programa vinculado); 1.6. Definir protocolo de atendimento humano para cada serviço; 1.7. Validar estrutura de dados.	Requerimentos de licenças ou autorizações ambientais com orientação digital e <i>check/list</i> definidos.	Luana Godinho (IH) lgodinho@ihu manize.org	Mês 1/12
	2) Fase de Ativação das Plataformas;	2.1. Integrar plataformas e canais de comunicação; 2.2. Implementar mudanças no roteiro e treinar Inteligência Artificial (se necessário); 2.3. Desenvolver novos serviços nos sistemas; 2.4. Testar plataforma.	Triagem e encaminhamento para atendimento humano via chat realizado para tipologias prioritárias	Vagner Nascimento (SEMAS) blvagner@gm ail.com	Mês 2/12
	3) Fase de Treinamento e Operação Assistida;	3.1. Sanar dúvidas da operação; 3.2. Realizar ajustes na operação e na plataforma; 3.3. Treinamentos equipe da SEMAS PA responsável pela operação e manutenção da plataforma.			Mês 4/12
	4) Fase de Avaliação				

DS
GP

DS
MCR

Handwritten signature

5) MATRIZ LÓGICO-OPERACIONAL DE ATIVIDADES

		4.1. Gerar relatório de avaliação da implantação da primeira onda de serviços com base em (a) estatísticas de utilização e avaliações da ferramenta pelos usuários e (b) questionário sobre percepção dos técnicos do órgão ambiental acerca dos benefícios da solução (diminuição tempo dedicado a solucionar dúvidas básicas, qualidade da instrução dos requerimentos protocolados, redução de notificações e tempo de tramitação dos requerimentos).	Tempo de resposta para atendimento a tipologias licenciadas/autorizadas pela SEMAS reduzido	Mês 6/12
Atividades complementares e encerramento	Atividades complementares e encerramento	--	Resolução de questões derradeiras, relatoria e avaliação do AC e seus produtos	Meses 7/12 a 12/12
			Luana Godinho (IH) lgodinho@ihu-manize.org Vagner Nascimento (SEMAS) blvagner@gmail.com	



² Onde "Mês 1/12" equivale ao 1º mês de vigência do Acordo de Cooperação e "Mês 12/12" equivale ao último mês de vigência.

DS
GP

DS
MCR